

POVOS-NATUREZA: RETOMADA INDÍGENA E O ENCANTE PLANETÁRIO (NATUREZA, CRISE AMBIENTAL E MUDANÇAS CLIMÁTICAS)

Pedro Henrique Azalim Cunha
UFMG | pedrozalimcunha@gmail.com

Sessão Temática 6: natureza, crise ambiental e mudanças climáticas

Resumo: O artigo aborda a importância das práticas e saberes indígenas na mitigação das crises ambientais e sociais contemporâneas, argumentando que a integração de conhecimentos tradicionais com políticas públicas pode contribuir para a sustentabilidade e a preservação cultural. Ele explora como as cosmovisões indígenas, profundamente interligadas com a natureza, oferecem alternativas sustentáveis para a gestão territorial, o planejamento urbano e a conservação ambiental. Os estudos de caso no Baixo Tapajós, das 14 etnias, três foram vivenciados pelo autor, e destacam o papel dos povos indígenas Munduruku, Maytapu e Arapyun na recuperação de suas identidades culturais e territórios. Além disso, o artigo discute como a educação indígena tradicional, baseada na observação e na transmissão oral de conhecimentos, contrasta com os modelos ocidentais, valorizando a liberdade de viver conforme as próprias tradições culturais. A reflexão final defende a necessidade de respeitar e integrar os saberes indígenas na formulação de políticas de conservação ambiental que sejam social e culturalmente sensíveis.

Palavras-chave: Saberes Indígenas; Conservação Ambiental; Cosmovisão.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

'This work was supported by the Brazilian Federal Agency for Support and Evaluation of Graduate Education (CAPES) - Finance Code 001.'

'Este trabajo fue realizado con el apoyo de la Coordinación de Perfeccionamiento de Personal de Nivel Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.'

NATURE-PEOPLE: INDIGENOUS RECLAMATION AND PLANETARY HEALING

Abstract: *The article examines the significance of Indigenous practices and knowledge in addressing contemporary environmental and social crises, arguing that integrating these traditional knowledges with public policies can foster sustainability and cultural preservation. It explores how Indigenous worldviews, deeply intertwined with nature, provide viable alternatives for territorial management, urban planning, and environmental conservation. Based on case studies in the Baixo Tapajós, where the author experienced the realities of three out of fourteen present ethnicities — Munduruku, Maytapu, and Arapyun — the article highlights the crucial role of these peoples in reclaiming their cultural identities and territories. Furthermore, it discusses how traditional Indigenous education, based on observation and oral transmission of knowledge, contrasts with Western models, emphasizing the freedom to live according to their cultural traditions. The concluding reflection advocates for the need to respect and integrate Indigenous knowledge in the formulation of environmental conservation policies that are socially and culturally sensitive.*

Keywords: *Indigenous Knowledge; Environmental Conservation; Worldview.*

PUEBLOS-NATURALEZA: RETOMADA INDÍGENA Y CURACIÓN DEL PLANETA

Resumen: *El artículo examina la relevancia de las prácticas y conocimientos indígenas para enfrentar las crisis ambientales y sociales actuales, argumentando que la integración de estos saberes tradicionales con políticas públicas puede promover la sostenibilidad y la preservación cultural. Investiga cómo las cosmovisiones indígenas, intrínsecamente ligadas a la naturaleza, ofrecen alternativas viables para la gestión territorial, la planificación urbana y la conservación ambiental. Basado en estudios de caso en el Baixo Tapajós, donde el autor vivenció la realidad de tres de las catorce etnias presentes — Munduruku, Maytapu y Arapyun — el artículo destaca el papel crucial de estos pueblos en la recuperación de sus identidades culturales y territorios. Además, discute cómo la educación indígena tradicional, basada en la observación y la transmisión oral de conocimientos, contrasta con los modelos occidentales, valorando la autonomía para vivir según sus propias tradiciones culturales. La reflexión final propone la necesidad de respetar e integrar los saberes indígenas en la formulación de políticas de conservación ambiental que sean social y culturalmente sensibles.*

Palabras clave: *Saberes Indígenas; Conservación Ambiental; Cosmovisión.*

Vou fazer um experimento
Tiro sua terra, te doutrino numa religião
Te torno escravo, tiro seus direitos
Te oprimo, te mato pelo o que você é
E se tentar existir de novo
Vou te questionar se você é de verdade, se é de verdade
Karaiw - Canção de Kaê Guajajara (2020)

INTRODUÇÃO

As mudanças climáticas e os desastres naturais, enquanto produções sociais, desafiam as formas tradicionais de viver no território, revelando a inadequação de visões que priorizam exclusivamente o conservacionismo ou o produtivismo. A coexistência entre a crise ambiental e a crise social exige uma reconsideração dos padrões de consumo e a priorização da vida. Neste contexto, é imperativo explorar como as práticas e saberes indígenas podem contribuir para a cura do planeta, através da retomada de suas terras e a incorporação de suas práticas sustentáveis e cosmológicas em vários níveis em nossa sociedade contemporânea, como planejamento territorial baseado na natureza, aspectos coletivos e comuns de integração, conhecimentos etnobotânicos, da fauna e das questões espirituais referentes à vida.

De acordo com Luciano (2006), ao contrário da ideia equivocada e generalizada no Brasil de que os povos indígenas não possuem nenhum tipo de educação, essas comunidades têm ricas tradições de transmissão de conhecimentos. Habilidades em música, pintura, artesanato, agricultura, caça e pesca são passadas oralmente de geração em geração por pais e avós. Este sistema de educação tradicional, que inclui a observação, a experiência empírica e a autorreflexão através de mitos, histórias e rituais, é fundamental para que as crianças aprendam e assumam responsabilidades sociais desde cedo. Bons exemplos dados por pais, irmãos mais velhos e líderes comunitários são essenciais para o desenvolvimento do caráter, atitudes, comportamentos e habilidades técnicas necessárias para o bem-estar individual e social. As práticas pedagógicas indígenas, que enfatizam a manutenção da distinção cultural e autonomia, permitem que essas comunidades transmitam suas culturas através das gerações e se adaptem com sucesso a novas situações. Ao contrário dos modelos educacionais ocidentais impostos, a educação indígena tradicional valoriza a liberdade de ser e de viver conforme as próprias tradições culturais.

Loureiro (2019) examina a visualidade amazônica destacando a importância da simetria na cultura local, evidenciando como ela se manifesta em práticas como cerâmica e pintura, além de na arquitetura e vestuário. Essa simetria reflete uma tentativa de simplificar e universalizar a exuberância visual da natureza amazônica. O autor também explora como a paisagem é percebida pelo caboclo como uma realidade dupla: imediata e lógica, e mediata, mágica e estética. A interação entre essas dimensões é comparada ao efeito de um vitral, onde a percepção alterna entre cores, formas e luz. Esse processo criativo resulta na formação de mitos e visualidades que entrelaçam o imaginário e o real, revelando uma rica tapeçaria cultural e espiritual que transcende o imediatismo e conecta o caboclo a uma profunda experiência estética e simbólica.

Segundo Peixoto, Arenz e Figueiredo (2012), o movimento indígena no Baixo Tapajós, iniciado em 1998, reflete um processo de etnogênese no qual comunidades como os Mundurucu, antes classificadas como caboclas, reivindicam reconhecimento como povos indígenas e buscam afirmar suas identidades e direitos territoriais. Essa ressignificação identitária remonta à celebração da Cabanagem como um símbolo de resistência, resgatando tradições

e fortalecendo o sentimento de pertença a um povo e a um território. No entanto, o movimento enfrenta tensões internas e interferências externas de ONGs, partidos políticos e instituições governamentais, que veem essa nova emergência indígena como uma ameaça aos interesses econômicos estabelecidos na região.

Os estudos de caso apresentados neste artigo estão localizados na Floresta Nacional do Tapajós (FLONA), no Baixo Tapajós, abrangendo o Território Indígena Takuara, etnia Munduruku e a Reserva Extrativista (RESEX) Tapajós Arapiuns, especificamente o Território Indígena Pinhel, etnia Maytapu, ambos situados ao longo do Rio Tapajós. O artigo também destaca o papel do VII Festival Indígena na Aldeia Braço Grande no Rio Arapiuns (RESEX), no processo de retomada da consciência indígena na região, iniciado a partir dos anos 2000. Esse processo foi catalisado pelas entrevistas do Pajé Laurelino, gravadas pelo professor Florêncio Vaz Filho, nas quais o pajé expressava orgulho de sua identidade indígena e incentivava seus filhos a também se afirmarem como tal. A partir dessas declarações, desencadeou-se um movimento de resgate e valorização das identidades indígenas, marcando um importante capítulo na luta pela recuperação cultural e territorial dos povos do Baixo Tapajós.

A COSMOVISÃO INDÍGENA E A RELAÇÃO COM A NATUREZA

Os povos indígenas organizam seus saberes a partir de uma cosmologia ancestral que sustenta a vida, com a natureza/mundo como a base primordial. Esta cosmologia estabelece os princípios norteadores e pressupostos básicos da organização social, política, econômica e da espiritualidade, sendo os conhecimentos indígenas essencialmente empíricos, livres de métodos e dogmas fechados. A eficácia prática e os resultados concretos no cotidiano são o que importa, registrados no ambiente há mais de milênios de simbiose com a natureza. (NEVES, 2022). A ciência indígena, acessível a todos, embora respeite especializações como as do pajé, baseia-se na visão da totalidade do mundo, buscando compreender e respeitar a lógica e os limites da natureza em benefício da vida.

Oliveira e Freire (2006) argumentam que, ao contrário da visão predominante que negligencia a importância dos povos indígenas, estas comunidades sempre desempenharam um papel crucial na formação territorial e política do Brasil. Pesquisas arqueológicas indicam que os povos paleoíndios ocupam o território brasileiro há mais de 12 mil anos, e estudos sugerem uma sociedade indígena complexa e organizada, desafiando antigas interpretações simplistas de caçadores-coletores. Estimativas sobre a população indígena na época da conquista variam amplamente, com números que vão de 1.500.000 a quase 5.000.000. A interação com os europeus levou à necessidade de categorizar e compreender os indígenas dentro do universo europeu, muitas vezes associando-os a práticas "bárbaras" como a antropofagia. Dois principais estereótipos emergiram: os indígenas como seres que precisavam ser catequizados, civilizados; e os indígenas como seres inferiores, aptos apenas para escravização ou morte. Ao longo dos séculos, as políticas coloniais e, posteriormente, nacionais, buscaram integrar e transformar os indígenas, muitas vezes impondo uma

educação que visava a sedentarização e o trabalho compulsório. Movimentos indígenas mais recentes têm lutado por reconhecimento de direitos e autonomia, destacando a importância das terras indígenas na conservação ambiental e desenvolvimento sustentável.

De acordo com Costa, Santos-Fita e Aguiar (2023), povos indígenas e comunidades tradicionais no Brasil priorizam relações sociais e interativas entre humanos e não-humanos, atribuindo espíritos, subjetividade e consciência reflexiva a entes naturais como animais, plantas, rios e montanhas. Essas cosmopercepções consideram os seres elementais como reguladores das atividades humanas, orientando comportamentos em espaços naturais. Os autores argumentam que a integração da espiritualidade com a ecologia é crucial para compreender e apoiar as crenças locais, visando implementar estratégias de conservação que respeitem tanto os recursos naturais quanto o patrimônio biocultural associado. A pesquisa também destaca a diversidade de mitos no Brasil e a influência dessas narrativas na preservação dos territórios e no comportamento ecologicamente correto das comunidades. Na região amazônica, por exemplo, entidades como Mãe-da-Seringa e Curupira ajudam a preservar os recursos florestais, proibindo atividades de caça e pesca em determinadas áreas. E assim enfatizam a importância de entender e respeitar essas crenças para promover a conservação ambiental sustentável e culturalmente sensível.

Santos (2020) explora como o destino político, cultural e econômico das "populações tradicionais" está intimamente ligado aos processos ecológicos dos seus ambientes. Barreto Filho (1997) critica o uso do termo "populações tradicionais", destacando sua dependência dos ciclos naturais, seu conhecimento ecológico profundo, sua posição marginal na economia de mercado, e sua ocupação das últimas áreas não urbanizadas, reforçando a conexão entre biodiversidade e sociodiversidade. Ele argumenta que o envolvimento participativo dessas populações em programas de conservação representa um processo sociocultural e político que redefine tanto a natureza quanto esses grupos sociais. Barreto Filho (1997) também destaca como o discurso ambientalista contemporâneo transforma a natureza em "ambiente" e as populações em sociedades ambientalizadas, refletindo o biopoder. Santos (2020) observa que o debate sobre sustentabilidade não deve buscar um lado certo, mas sim desestabilizar a proliferação discursiva da ambientalidade, promovendo uma reflexão crítica sobre esses regimes.

O modo de vida dos povos indígenas, segundo Munduruku (2021), é baseado em uma lógica diferente da do pensamento ocidental. Enquanto o tempo ocidental é linear e orientado para o futuro, com foco na produção, acúmulo de riqueza e trabalho para alcançar sucesso, o tempo indígena é circular, concentrado no presente e na harmonia com a natureza. Eles buscam viver o agora, priorizando o bem-estar da comunidade sobre o individualismo. O excesso de produção é compartilhado, promovendo uma sociedade solidária onde não há fome ou abandono. Além disso, no Brasil, os indígenas são reconhecidos como povos autônomos, com suas próprias línguas, economias e leis, diferentemente do conceito de "tribos" que são mais dependentes e fragmentados.

SAÚDE E DOENÇA NA PERSPECTIVA INDÍGENA

A concepção indígena de saúde e doença é profundamente interligada às relações com a natureza e a coletividade. Para os povos indígenas, a doença é sempre adquirida e provocada pelo desrespeito aos entes naturais e seus processos espiritualmente, resultado da interação com os espíritos bons e maus da natureza, sem a dicotomia de Deus e Demônio presente na cultura judaico-ocidental. A saúde é vista como um estado natural, uma dádiva da natureza, cuja manutenção exige vigilância contra os espíritos maus. O pajé, como intermediário entre o natural e o sobrenatural, desempenha um papel crucial na cura e na proteção da natureza, utilizando conhecimentos transmitidos por gerações.

Luciano (2006) explica que os povos indígenas baseiam seu conhecimento na cosmologia ancestral, que guia a vida e sustenta a natureza/mundo, definindo princípios essenciais para a organização social, política, econômica e religiosa. Os conhecimentos indígenas, livres de métodos rígidos, são subjetivos, empíricos e valorizados pela eficácia prática, sendo públicos, mas respeitando especializações como as do pajé, cuja função é manter o equilíbrio natural, curando ou provocando doenças conforme necessário. Na perspectiva indígena, saúde e doença são vistas como reflexos das relações entre pessoas e natureza, sendo as doenças sempre provocadas, seja por ações humanas ou como reação da natureza, e não consideradas naturais ou hereditárias. A saúde é vista como um estado natural que requer vigilância contra espíritos maus, e a doença resulta da transgressão das regras da natureza, com o pajé atuando como mediador e protetor, utilizando conhecimentos ancestrais para restabelecer o equilíbrio natural. A OMS reconhece a eficácia da medicina indígena, que inclui o uso de plantas medicinais e práticas tradicionais como o trabalho das parteiras. Apesar do contato com a medicina moderna, os povos indígenas mantêm e valorizam seus saberes ancestrais, demonstrando a importância contínua de suas práticas de saúde na sociedade contemporânea.

PUTÁNA E RECIPROCIDADE: POVOS-NATUREZA E SEUS ENCANTAMENTOS DA VIDA

A natureza indígena é dualista, composta por seres naturais e sobrenaturais, formando um todo único onde todos os seres possuem dimensões espirituais. A violação das regras da natureza, seja social ou natural, resulta em doenças como forma de vingança ou desequilíbrio, com o pajé administrando a cura ou provocando doenças para restabelecer o equilíbrio natural. O pajé também atua como protetor da natureza, influenciando a caça e pesca, e repassando conhecimentos especializados de geração em geração através de mitos ancestrais.

Vaz Filho (2022) discute como o estudo das ciências sociais, iniciado na graduação, contribuiu para a formação e fortalecimento de sua identidade indígena. Ele observa que, embora muitos reconheçam seus ancestrais indígenas, há um distanciamento e até vergonha em relação à identidade indígena na geração atual, que se considera apenas "descendente dos índios". No

entanto, Vaz Filho seguiu um caminho diferente, buscando sabedoria nos mais velhos, especialmente pajés e benzedores, cujos ensinamentos ajudam a fortalecer sua identidade indígena. Ele destaca a importância de preservar e divulgar esses conhecimentos tradicionais, que englobam filosofia, teologia e ciência, para manter viva a indianidade de sua comunidade. Em seu relato, Vaz Filho também aborda práticas tradicionais de proteção para crianças recém-nascidas, como o resguardo e o batismo cristão, para protegê-las de espíritos encantados que podem causar doenças ou roubar suas sombras. Ele explica que a sombra é uma segunda alma essencial para a saúde e vida da pessoa, e seu roubo pode levar à morte, a menos que seja recuperada por um pajé. Além disso, discorre sobre a coexistência de crenças indígenas e cristãs, onde pajés frequentemente interagem com o encanto, um mundo espiritual sob rios e lagos, contrastando com a visão cristã do céu como destino pós-morte.

Luciano (2006) argumenta que os povos indígenas são frequentemente excluídos das narrativas oficiais sobre a formação do Brasil, sendo retratados como carentes de cultura e progresso e vistos como obstáculos ao desenvolvimento nacional. Essa visão ignora a extensa contribuição indígena, desde conhecimentos de sobrevivência ensinados aos colonizadores até sua participação em expedições e defesa contra invasores. Influências culturais e linguísticas também são evidentes, com a incorporação de palavras indígenas na língua portuguesa e práticas culinárias. Além disso, saberes tradicionais de medicina indígena possuem um potencial imenso, ainda subvalorizado. Luciano destaca a importância contínua das contribuições indígenas na preservação ambiental, com territórios indígenas bem conservados desempenhando um papel vital na mitigação das crises ambientais globais. Ele propõe a integração dos direitos indígenas nas políticas públicas, criando um projeto etnopolítico, buscando sustentabilidade socioeconômica em terras indígenas e promovendo capacitação política e técnica para líderes indígenas. Essas medidas visam fortalecer a autonomia indígena e assegurar uma participação plena no desenvolvimento nacional e global, reconhecendo os indígenas como guardiões de riquezas naturais e culturais, e não como impedimentos ao progresso.

Vaz Filho (2022) discute a teologia indígena cristã, enfatizando a interconexão entre os espaços espirituais e materiais compartilhados por humanos e entidades sobrenaturais, como exemplificado pela Curupira, que interage com caçadores e exige respeito mútuo para manter a harmonia. A reciprocidade, ou putãna, é um valor central nas relações indígenas, sustentando a solidariedade comunitária por meio da troca de presentes e favores, prática antiga que fortalece os laços sociais e garante a sobrevivência coletiva. Ele também destaca sua identidade como indígena católico, argumentando que a diversidade cultural enriquece o Evangelho e que o cristianismo deve ser adaptado aos contextos locais, em vez de impor uma única tradição europeia. Influenciado pela Teologia da Libertação e pelo franciscanismo, Vaz Filho valoriza suas raízes indígenas e reconhece a presença de Deus nas culturas afro-indígenas antes da chegada dos missionários.

As práticas e conhecimentos indígenas oferecem uma perspectiva única e essencial na reconfiguração da ocupação territorial, particularmente em áreas periurbanas e comunidades urbanas, onde soluções baseadas na natureza e tecnologias sociais despontam como alternativas sustentáveis. A integração dos conhecimentos indígenas com as ciências sociais aplicadas e ambientais pode reconfigurar políticas públicas, especialmente em áreas como saneamento básico e prevenção de desastres. A visão holística e respeitosa da natureza, promovida pelos povos indígenas, pode servir de modelo para uma abordagem mais equilibrada e sustentável na adaptação das cidades às mudanças climáticas.

Santos (2020) argumenta que a crise ambiental contemporânea está profundamente ligada ao biopoder, conforme definido por Michel Foucault (1993). O biopoder envolve a gestão e controle da vida e da população em escala global, especialmente em face dos riscos ambientais. Na era atual, esse poder é exercido de maneira excessiva, possibilitando a organização, proliferação e até mesmo a fabricação da vida, incluindo a criação de monstros biológicos e vírus incontroláveis. O autor ainda destaca que a crescente preocupação ecológica e a transformação da natureza em "ambiente" refletem essa intensificação do biopoder. As intervenções tecno-científicas sobre a natureza resultam em um ambiente historicamente construído, onde discursos sobre sustentabilidade e riscos ambientais servem para reforçar os sistemas de controle e disciplina contemporâneos.

Luciano (2006) argumenta que o contato prolongado com a sociedade nacional trouxe mudanças profundas e irreversíveis às aldeias indígenas, levando-as a adotar assistencialismo promovido por diversos agentes externos como uma resposta às novas necessidades e demandas. Esse assistencialismo, historicamente utilizado para integrar os indígenas ao Estado brasileiro, evoluiu para incluir conceitos de participação e parceria, mas sem uma análise crítica real do papel do Estado e das possibilidades de mudança efetiva. Os líderes indígenas, buscando legitimação, frequentemente abraçam a retórica governamental que apresenta projetos de desenvolvimento como solução para todos os problemas, sacrificando suas funções sociais tradicionais em favor dessa lógica. Luciano critica a visão ocidental que associa desenvolvimento econômico a progresso e bem-estar, ao mesmo tempo em que desvaloriza e substitui as práticas tradicionais e a organização social indígena por valores de competição e lucro, evidenciando uma incompatibilidade fundamental entre a perspectiva ocidental e a indígena.

Conforme Oliveira (2014), a participação dos povos indígenas em programas ambientais associados ao licenciamento não se limita a aceitar práticas desfavoráveis, mas também a pressupostos que frequentemente entram em conflito com suas cosmologias. Por exemplo, a concepção de animais como números e a visão da terra como "propriedade" contrastam com suas crenças, que ligam suas visões culturais a locais geográficos e sagrados. No Baixo Teles Pires, lugares sagrados como morros e cachoeiras são considerados "aldeias dos espíritos", e a intervenção nesses locais pode inviabilizar empreendimentos, refletindo a interconexão entre a natureza e as práticas sociais e ambientais. No entanto, nas consultas

para licenciamento, as comunidades indígenas geralmente são ouvidas apenas em estágios avançados, quando as decisões já estão praticamente decididas, e suas contribuições muitas vezes se restringem a aspectos práticos, negligenciando os aspectos simbólicos e espirituais do ambiente. Dessa forma, o conhecimento indígena é frequentemente subestimado, e a participação incentivada pelo governo pode, paradoxalmente, levar ao abandono de práticas ecológicas tradicionais, devido ao predomínio das abordagens burocráticas e científicas.

De acordo com Apurina (2020), os processos de licenciamento ambiental frequentemente falham em proteger adequadamente os territórios dos Apurinã, que possuem uma relação profundamente cultural e espiritual com seus lugares sagrados. Esses locais são considerados intocáveis e essenciais para a identidade do povo Apurinã, representando uma conexão vital com suas tradições e crenças. No entanto, grandes empreendimentos, como a construção da rodovia BR-317, têm causado danos significativos a essas áreas sagradas e à cultura indígena. Apurina critica as medidas de mitigação e compensação, que muitas vezes ignoram as especificidades culturais e espirituais dos Apurinã, evidenciando a inadequação da abordagem padrão de licenciamento. A falta de consideração pela pluralidade étnica e pelos aspectos simbólicos dos territórios resulta em ações que não atendem às reais necessidades das comunidades indígenas, prejudicando a preservação de sua identidade e a saúde ambiental.

Santos (2020) discute como a criação das Unidades de Conservação (UCs) ou Áreas Protegidas tem sido uma estratégia central na ambientalização da natureza, visando preservar biodiversidade, ecossistemas, recursos genéticos, e patrimônios culturais. A União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais (IUCN) define UCs como áreas destinadas à proteção de recursos naturais e culturais, categorizadas com diferentes objetivos de conservação. Desde as décadas de 1970 e 1980, a criação destas unidades aumentou significativamente, embora muitas vezes resultando na expulsão de populações tradicionais, ameaçando a perda de etnoconhecimento e diversidade cultural. Diegues (2000) critica essa abordagem excludente, argumentando que as populações tradicionais, ao serem integradas de forma participativa e substancial, poderiam contribuir positivamente para a gestão e preservação das UCs. Ele rejeita tanto o conservacionismo tecnológico quanto a visão preservacionista que separa humanos da natureza, defendendo que a conservação nos países subdesenvolvidos é melhor alcançada com a real participação das populações locais, que historicamente contribuíram para a biodiversidade.

O ICMBio (2020) explica que as Unidades de Conservação (UCs) são áreas públicas destinadas à proteção de recursos naturais e sociais, incluindo água, biodiversidade, tradições culturais e conhecimentos locais. A Lei de Gestão de Florestas Públicas estabelece três modelos de gestão: a criação e gestão direta de florestas em níveis nacional, estadual e municipal; a concessão gratuita do direito de uso às comunidades locais para o manejo sustentável; e a concessão onerosa para o manejo de florestas. Esses modelos permitem que as comunidades realizem o manejo florestal, gerando benefícios ambientais, econômicos e sociais. A

legislação brasileira reconhece o direito dessas comunidades de acessar e utilizar produtos florestais nas UCs de Uso Sustentável. O processo de regularização fundiária nessas áreas envolve a concessão coletiva de longo prazo, formalizada por Contratos de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU), que garantem às comunidades o direito de continuar suas atividades tradicionais, assegurando sua subsistência e preservação cultural.

Santos (2020) explora como o surgimento do biopoder, um conceito desenvolvido por Michel Foucault (1993), reflete uma mudança na forma de entender e exercer o poder, que se torna menos sobre repressão e mais sobre a gestão da vida e da população. Usando o exemplo de "Os Sofrimentos do Jovem Werther," ele destaca a transição para uma era em que o poder se manifesta através da vigilância e do controle disciplinar dos corpos e das populações. Este biopoder emerge no século XVIII e se desenvolve em duas frentes: a disciplina dos corpos individuais e o controle da população como um todo. Foucault (1993) denomina esta última dimensão de biopolítica, que inclui a gestão de aspectos como natalidade, mortalidade e saúde pública. Santos (2020) conecta estas ideias ao contexto da Amazônia, onde a criação de unidades de conservação exemplifica a aplicação de tecnologias de poder para moldar e controlar tanto o meio ambiente quanto os habitantes locais.

De acordo com o ICMBio (2020), o manejo florestal de uso múltiplo combina planejamento e técnicas específicas com princípios de conservação para garantir a exploração sustentável dos recursos da floresta. Essa abordagem permite a produção de diversos produtos florestais, como madeira, óleos, frutos e resinas, enquanto preserva a integridade ecológica da floresta. Além disso, as práticas de Exploração de Impacto Reduzido (EIR) são essenciais para minimizar os danos ambientais durante a extração, assegurando que a floresta continue a fornecer recursos e serviços essenciais, como abrigo, alimentos e ar puro. A participação ativa das comunidades locais é crucial nesse processo, especialmente nas Unidades de Conservação de Uso Sustentável, onde as famílias beneficiárias, reconhecidas por sua ligação tradicional com a terra, desempenham um papel central na aplicação dessas práticas de manejo.

RETOMADA INDÍGENA E O ENCANTE PLANETÁRIO

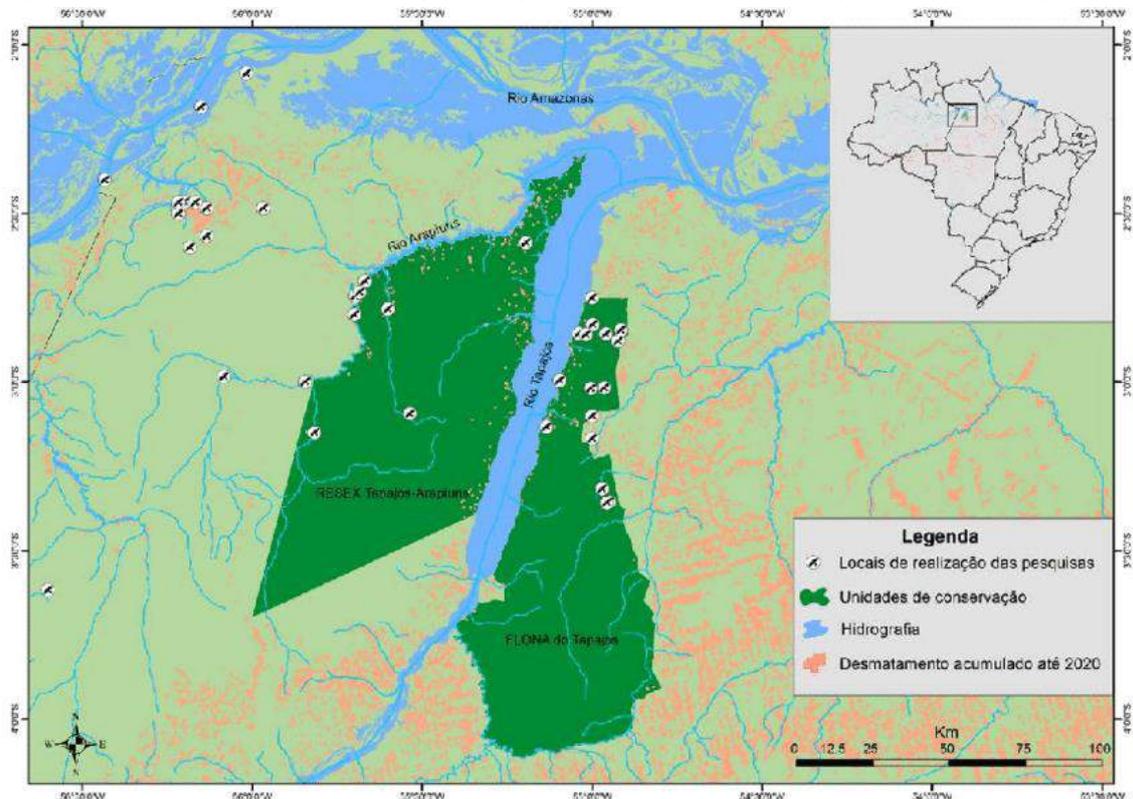
A Retomada Indígena e o Encante Planetário podem ser vistos como o movimento contemporâneo de reocupação das terras ancestrais pelos povos indígenas e a revitalização de suas práticas culturais, espirituais e ambientais. Essa retomada não é apenas territorial, mas também simbólica, conectando saberes tradicionais à luta global pela preservação do planeta. O "encante" remete à espiritualidade indígena, onde a terra é viva e sagrada, e os seres humanos fazem parte de um ecossistema interdependente. Ao promoverem essa reconexão, os povos indígenas apontam caminhos para a sustentabilidade, o respeito à natureza e a regeneração da vida no planeta.

Treesistance¹ (2022) relata que a Bacia do Tapajós, situada no estado do Pará, Brasil, cobre aproximadamente 49.986.700 hectares, o que equivale a cerca de 1,2 vezes o tamanho da

França ou 18,5 vezes o tamanho dos Países Baixos. O Pará apresenta a maior taxa de desmatamento da Amazônia, onde a alta biodiversidade convive com intensas atividades de monocultura, como a soja, além de mineração e exploração madeireira. Descrita como a última fronteira da Amazônia, a Bacia do Tapajós é crucial para a proteção de áreas vulneráveis e pouco povoadas da região. Se a extração e destruição não forem controladas, a preservação de toda a Amazônia está em risco.

Silva (2024) descreve a Floresta Nacional do Tapajós, uma unidade de conservação federal criada em 1974 e localizada na Amazônia, com uma área de 527.319 hectares abrangendo quatro municípios no oeste do Pará. Esta unidade visa o uso sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica sobre exploração sustentável de florestas nativas, sendo gerida pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). A gestão da floresta é guiada por um Plano de Manejo que envolve comunidades locais e outros atores sociais no Conselho Consultivo. A floresta promove diversas atividades sustentáveis, incluindo manejo florestal comunitário, extração de látex e óleos, produção de biojoias e móveis artesanais, além de turismo de base comunitária. A unidade abriga 1.050 famílias em 23 comunidades e três aldeias indígenas Munduruku. Com uma rica biodiversidade e paisagens variadas, a floresta atraiu mais de 42 mil visitantes em 2017, tornando-se uma das unidades de conservação mais visitadas e pesquisadas da Amazônia.

Figura 1: Reserva Extrativista (RESEX) Tapajós-Arapiuns e Floresta Nacional do Tapajós (FLONA do Tapajós)



Fonte: (DE SÁ e CAMPOS, 2023)

Na outra margem do Rio Tapajós, a Reserva Extrativista (RESEX) Tapajós Arapiuns, criada em 1998 após duas décadas de luta, é a primeira do Pará e uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável conforme a Lei Federal Nº 9985/2000. Abrangendo 647.610,74 hectares no oeste do Pará, a reserva protege as culturas tradicionais e promove o uso sustentável dos recursos naturais. A área é delimitada pelos rios Tapajós e Arapiuns, famosos por suas águas claras e praias de areia fina, atraindo turismo regional, nacional e internacional. Internamente, a RESEX possui 74 comunidades tradicionais, muitas das quais são indígenas, que vivem de agricultura, extrativismo, artesanato e pesca, e algumas desenvolvem turismo comunitário. O acesso é fluvial, principalmente a partir de Santarém e Alter do Chão, que oferecem infraestrutura turística. Externamente, a área é florestal e similar à interna, com trilhas guiadas e pousadas na Floresta Nacional do Tapajós e no Projeto de Assentamento Agroextrativista Lago Grande.

Treesistance (2022) menciona que o CITA - Conselho Indígena Tapajós Arapiuns é uma organização sociopolítica que representa 14 grupos indígenas no baixo Tapajós, abrangendo mais de 100 comunidades. A organização trabalha para promover os direitos civis e melhorar o bem-estar dos povos indígenas, focando no fortalecimento organizacional e na articulação da luta indígena em níveis local, regional e nacional.

Silva (2023) ressalta que a celebração dos 23 anos do Conselho Indígena Tapajós Arapiuns (CITA), nos dias 22 e 23 de maio, marcou o fortalecimento do movimento indígena no Baixo Tapajós, envolvendo os 14 povos da região: Arapiuns, Arara Vermelha, Apiaká, Borari, Cara Preta, Jaraqui, Kumaruara, Munduruku, Maytapu, Tapajó, Tupinambá, Tupaiu, Tapuia e Juruuna. A comemoração incluiu uma programação diversa com debates, apresentações culturais e uma feira de artesanato, promovendo a reflexão sobre a luta histórica desses povos. Milena Raquel Tupinambá, secretária do CITA, destacou a trajetória de resistência ao racismo colonialista, enquanto Gilson Tupinambá, cacique da Aldeia Papagaio, reforçou a importância da organização como espaço de unidade para as 106 aldeias, essencial na luta por direitos como a demarcação de territórios e o respeito às lideranças indígenas. A presença de lideranças como Alessandra Korap ilustrou o impacto da organização coletiva na busca por reparação histórica, fortalecimento de políticas públicas e superação de barreiras. Com exposições de documentários, rituais e apresentações musicais, o evento convidou a sociedade local a participar desse momento significativo, reafirmando o papel do CITA na defesa dos direitos indígenas e consolidando um futuro indígena para o Baixo Tapajós.

Outra atuação importante na região é o Projeto Saúde e Alegria (PSA) que tem como iniciativa o desenvolvimento comunitário sustentável na Amazônia, no oeste do Pará, especificamente nos municípios de Santarém, Belterra, Aveiro e Juruti, voltada para as populações tradicionais ribeirinhas. Utilizando metodologias participativas, o PSA enfrenta desafios relacionados à saúde, educação, geração de renda e ordenamento territorial, combinando ações em saúde comunitária, tecnologias de saneamento, inclusão social e educação, com ênfase na preservação cultural e na cidadania. O projeto também estimula atividades econômicas

sustentáveis, como agroecologia, turismo comunitário, artesanato e energias renováveis, através de iniciativas como Unidades Socioprodutivas e cadeias da sociobiodiversidade. Criado em 1987 por Eugênio Scannavino Netto e Márcia Silveira Gama, o PSA promove o desenvolvimento socioambiental para cerca de 30 mil pessoas e busca replicar suas tecnologias sustentáveis no Brasil e no exterior. (P.S.A., 2023).

Figura 2: Percursos dos estudos de caso na RESEX Tapajós Arapiuns E FLONA do Tapajós



Nota: Percursos das viagens no Rio Tapajós, Rio Arapiuns e BR 163
Fonte: Diagramação autoral

O mapa acima demonstra o caminho para os estudos de caso pesquisados, como exemplos da retomada indígena. O documentário "Retomada", dirigido por Ricardo Martensen, aborda a luta dos povos indígenas brasileiros pela preservação de suas terras e culturas em um contexto contemporâneo de ameaças crescentes, como a expansão da soja e outras atividades predatórias. A obra retrata, de forma prosaica e expositiva, a resistência indígena e retomada no Baixo Tapajós, através das histórias de três grupos: a aldeia Castanhal dos Tupinambás, liderada pela cacique Estévina; a aldeia Açaizal dos Mundurukus, cercada por plantações de soja; e o jovem Cristian Arapiun, que atua na comunicação do Conselho Indígena Tapajós e Arapiuns. O filme utiliza uma linguagem que mistura registros do cotidiano com

cenas de arquivo, destacando as diferenças e os desafios enfrentados pelos povos indígenas, enquanto enfatiza o conceito de "território" como algo mais profundo do que apenas uma área de residência, mas uma parte essencial de sua identidade e existência. Apesar de alguns dispositivos de linguagem que parecem deslocados e uma estrutura narrativa fragmentada, o documentário busca abrir um debate sobre a realidade indígena no Brasil contemporâneo, promovendo uma reflexão sobre a relação entre a preservação da cultura e a resistência política. (Velloso, 2024).

Peixoto, Arenz e Figueiredo (2012) destacam que o movimento indígena no Baixo Tapajós rememora a longa história dos povos que habitavam densamente a região, conforme relatos de exploradores do século XVII, como Carvajal. Esse movimento reflete a resistência dos povos indígenas, como os cabanos, que insurgiram contra a elite política. Além disso, o movimento, liderado inicialmente pelo Frei Florêncio Vaz, professor, indígena Maytapu de Pinhel, contribuiu para a retomada da identidade indígena por comunidades que se identificaram como Arapyun, Borari, Munduruku e outras etnias. A luta desses povos foi impulsionada pela busca de reconhecimento e pela demarcação de terras indígenas, especialmente na região da Flona Tapajós e da Resex Tapajós-Arapiuns, e está fortemente relacionada à preservação cultural e à recuperação de seus territórios ancestrais.

TERRITÓRIO INDÍGENA TAKUARA - ETNIA MUNDURUKU - FLONA, FLORESTA NACIONAL DO TAPAJÓS, RIO TAPAJÓS

Uma das etnias que vivem neste território é o povo Munduruku. O CIMI (2013) relata que a Carta dos Munduruku ao governo brasileiro explicita a rica história e os profundos conhecimentos do povo mais numeroso do sul do Pará, composto por 12.000 indivíduos. Os Munduruku eram conhecidos por suas habilidades de guerra e pela captura de cabeças humanas como troféus. A sociedade Munduruku é estruturada com funções específicas para homens e mulheres, mantendo uma relação de respeito e harmonia com a natureza, aprendendo com os animais e valorizando locais sagrados. Eles respeitam profundamente a lei natural e acreditam que desrespeitar a natureza traz consequências severas. A Carta denuncia a violência e desrespeito do governo brasileiro, que utiliza a força para realizar estudos e construir hidrelétricas em terras indígenas sem consulta prévia, violando direitos constitucionais e causando destruição ambiental. Eles criticam a priorização do lucro sobre a vida e a natureza, alertando para os desastres ambientais e mudanças climáticas que afetam a humanidade. Os Munduruku enfatizam a importância de preservar seu território e conhecimento ancestral, vivendo em harmonia com a natureza e rejeitando a ganância e o individualismo promovidos pelo dinheiro. Eles fazem um apelo por respeito, diálogo verdadeiro e a garantia de seus direitos e territórios, denunciando a falta de consideração do governo pelos impactos negativos de seus projetos nas comunidades indígenas e no meio ambiente.

Figura 3: Território indígena Takuara Munduruku



Nota: Placa de entrada da aldeia; cocares na selva; Igreja de Nossa Senhora Aparecida; reunião de reestruturação do plano pedagógico indígena nas 3 aldeias Munduruku da Flona: Takuara, Bragança e Marituba; Comemoração de dia dos pais; Arena Aparecida: Juventus Takuara; Ritual de Agradecimento a noite; Tuxaua (líder organizacional interno, Cacique líder político externo); Escultura de duas cobras de madeira entrelaçadas feitas de raízes, que remete ao Pajé Laurelino que após morrer acredita que tenha virado Cobra Grande; Feitio da farinha tradicional indígena; Maloca de acolhimento; SESAI indígena com odontologistas e enfermeiros; casa em palafita (a primeira sede da Aldeia era na beira do rio Tapajós, mas com a mudança do rio, destruiu algumas casas e fizeram outra sede mais longe do rio) - Fonte: Fotografias e diagramação autorais.

Figura 4: Guardiões do Território MDK (Munduruku) Takuara



Nota: Guardiões do Território MDK (Munduruku) Takuara Fonte: Fotografias e diagramação autorais

A profunda conexão entre os Munduruku e a sua terra é refletida em suas práticas culturais e espirituais. A jornada ao território Takuara, dentro da Floresta Nacional do Tapajós, revela um espaço onde a natureza e a espiritualidade se entrelaçam, simbolizando uma visão do mundo onde os encantamentos permeiam todos os aspectos da vida. Machado (2021) descreve que a aldeia Takuara está localizada na margem direita do Rio Tapajós, em Belterra, Pará, dentro da Floresta Nacional do Tapajós. Este território, com uma extensão de 25.323 hectares, é

caracterizado por uma diversidade de ambientes naturais, incluindo lagos, igarapés e praias. A área é rica em recursos como terra preta, água potável e sítios arqueológicos, e é essencial para a sobrevivência dos Munduruku devido à sua biodiversidade. A aldeia possui locais sagrados importantes para a cultura Munduruku, como o poço azul e o Morro da Panela, que necessitam de proteção. A administração local é feita por líderes como o cacique e o tuxaua, e há um Conselho e uma Associação Interna da Aldeia para gerir o território.

Os Munduruku mantêm sua identidade e resistem a ameaças externas por meio de rituais como o Ritual da Mata e o Ritual de Agradecimento, reforçando seu vínculo com a natureza e seus ancestrais. A integração das aldeias Takuara, Bragança e Marituba na reestruturação da educação escolar indígena e a luta pela preservação das terras demonstram a busca por autonomia e a importância da continuidade cultural. Desafios contemporâneos, como a pesca predatória, são enfrentados com a ajuda dos Guardiões do Território MDK (Munduruku), evidenciando o desamparo dos povos indígenas, que muitas vezes têm que se defender por si mesmos e a necessidade de proteger o meio ambiente e assegurar a sobrevivência das futuras gerações. A implementação de melhorias em educação e saúde, como a instalação de cisternas e banheiros, demonstra um compromisso com a qualidade de vida.

O relato da espiritualidade indígena, como o canto dedicado a Tupã, que está em todo lugar, e o Maracanandê, que segundo o cântico Munduruku só canta quando eles fazem o ritual de saudação aos encantados, por isso, é o canto mais sagrado da natureza para eles. Essa espiritualidade orienta não apenas a vida cotidiana, mas também a resistência cultural e territorial dos Munduruku.

Machado (2021) relata que a aldeia Takuara, situada no território Munduruku às margens do Rio Tapajós, tem uma história rica e complexa. Os ancestrais Munduruku mantinham comércio com portugueses na região, mas a presença externa não foi duradoura, e os Munduruku eventualmente se retiraram. O nome "Takuara" deriva de uma flecha deixada por um líder indígena em um local sagrado, a Serra do Takuara. Em 1889, Simplício Pinto de Assunção, descendente de Munduruku, e sua família se estabeleceram na área, seguida pela chegada de Laurelino Floriano Cruz em 1934, que também desempenhou papel importante na preservação do território e na afirmação cultural dos Munduruku. O processo de resistência e autoafirmação dos Munduruku culminou em 1998, quando, após um pedido de Laurelino, a FUNAI reconheceu oficialmente o povo Munduruku, garantindo sua permanência na região e fortalecendo a identidade indígena local. Esse reconhecimento inspirou outras comunidades a também se autoafirmarem e lutarem pelos seus direitos, resultando na criação de mais de 70 aldeias no baixo Tapajós.

A cosmologia indígena tem uma perspectiva onde a Terra é vista como um ser vivo e sagrado, e onde a sabedoria ancestral é crucial para a cura do planeta. A pesquisa *in loco* sublinha a resiliência dos Munduruku e a importância de suas práticas para a preservação ambiental e cultural, ressaltando a necessidade urgente de se respeitar e integrar esses conhecimentos na busca pela sustentabilidade global.

TERRITÓRIO INDÍGENA PINHEL - ETNIA MAYTAPU - RESEX TAPAJÓS-ARAPIUNS

Figura 5: Vida cotidiana no Território Indígena Maytapu, Pinhel



Nota: Manejo de Madeira; Restos de Caça; Proteção na floresta com a espingarda; Sino da Igreja de São Jose, padroeiro; Decoração da Aldeia; Cabana perto do Roçado; Beira do Rio Tapajós, casa do Patauí; Antena, urbanização extensiva; cabana de palha; Igreja São José, Posto de Saúde de Pinhel. Fonte: Fotografias autorais

A vida na comunidade indígena de Pinhel, localizada na margem esquerda do Rio Tapajós, é uma rica tapeçaria de práticas culturais, modos de subsistência e uma profunda conexão com

o meio ambiente. O manejo da madeira, produtos florestais, roçados, pesca e a caça são fundamentais para a manutenção da aldeia, enquanto a proteção na floresta é assegurada pelo uso da espingarda, um símbolo da defesa de seu território, contra os invasores.

Lima (2023) descreve a atual estrutura da comunidade de Pinhel, que abriga cerca de 80 famílias, com apenas uma delas não seguindo a doutrina católica (Cavalcanti; Gonçalves 2021). Historicamente, a economia local girava em torno do extrativismo de recursos naturais como borracha e castanha, com os homens trabalhando nas matas e as mulheres cuidando de outras atividades na comunidade (Vaz Filho, 2010). Hoje, a economia diversificou-se, incluindo a criação de gado, comércio local, e a participação em auxílios governamentais, além da produção artesanal através da "Associação Indígena Patau", que fabrica e comercializa óleo de coco e bijuterias (Lima, 2023). As manifestações culturais, como a Festa do Gambá, evoluíram a partir de um processo histórico de aprendizado e reinvenção da tradição, que, para Benjamin, deve ser analisada em seu contexto histórico e não apenas como algo sagrado ou imutável (Gagnebin, 2014). A Festa do Gambá, que utiliza um tambor de madeira e couro chamado gambá, é uma expressão da sonoridade cultural da comunidade, refletindo as influências e adaptações ao longo do tempo (Vaz Filho, 2010).

Em Pinhel, com 302 anos de história, a festividade da Santíssima Trindade exemplifica o sincretismo entre as crenças indígenas e o catolicismo. As discussões sobre a instalação de cisternas, banheiros, proteção de recursos naturais e o uso sustentável da terra preta e da madeira, demonstram a busca por equilíbrio entre práticas tradicionais e as necessidades contemporâneas. A introdução da energia solar é um passo significativo nessa direção, ainda que coexistem desafios, questões políticas, disputas internas e não são todos habitantes que se reconhecem como indígenas.

Almeida (2015) descreve que Pinhel, inicialmente conhecida como São José dos Maytapus, foi uma missão jesuíta fundada em 1722. A região foi nomeada em homenagem a São José, padroeiro local, e o nome foi simplificado de "Pinhal" para "Pinhel", influenciado pelo canto de um pássaro. Durante a época da escravidão, a região foi palco de resistência indígena contra os colonizadores portugueses, que buscavam escravizar os indígenas. A resistência levou à construção de trincheiras e defesas. No final do século XX, a mobilização para criar a RESEX Tapajós-Arapiuns (Reserva extrativista) resultou em um movimento indígena significativo, que buscou proteger os direitos e o território dos povos locais. A partir de 1997, surgiram desafios relacionados ao reconhecimento e à administração das reservas, e a resistência continuou sendo uma característica central da luta indígena na região.

A paisagem de Pinhel é composta por cabanas de palha, de madeira e alvenaria e espaços comunitários como o posto de saúde, convivendo com elementos da urbanização moderna, como antenas de comunicação. A Escola Indígena Kurasy Katu – Maytapu desempenha um papel vital na educação das crianças, promovendo o conhecimento tradicional e a valorização das práticas culturais. A união das aldeias de Pinhel, Camarão e Escrivão se fortalece em assembleias comunitárias, onde se discutem temas essenciais como o ensino indígena e a

implementação do programa "Cisterna para Todos", que busca garantir o acesso à água potável e saneamento.

Figura 6: Festividade da Santíssima Trindade em Pinhel



Nota: Festividade da Santíssima Trindade com Ladainha, cânticos, beijos na coroa que representa a santíssima, procissão, almoço de partilha do alimento, erguem o mastro e colocam frutas para serem compartilhadas, a pomba branca do espírito santo em cima do mastro, varredura e derrubada do mastro. Fonte: Fotografias autorais

A espiritualidade e as celebrações comunitárias são centrais na vida da comunidade, especialmente durante a Festividade da Santíssima Trindade, que envolve ladainhas,

cânticos, procissões e rituais como o levantamento do mastro adornado com frutas e a pomba branca do Espírito Santo, símbolos de comunhão e fé coletiva. O sino da Igreja de São José, padroeiro local, ressoa pelo vilarejo, marcando o tempo e reforçando a espiritualidade que se manifesta na decoração da aldeia, reflexo da identidade e respeito pelas tradições.

Além das celebrações religiosas, a comunidade valoriza espaços sagrados como o cemitério dos ancestrais e o igarapé, local de banho, confraternização e relaxamento. A casa da Tuxaua, Dona Marilza, matriarca e líder comunitária, é um importante centro de organização interna e partilha dos alimentos, refletindo a força da liderança feminina na preservação e continuidade das tradições.

Almeida (2015) aborda a organização da aldeia e comunidade dos povos tradicionais do Rio Tapajós, especificamente a Aldeia de Pinhel do povo Maytapu, através de um mapeamento social detalhado. Os relatos narram a presença de mitos e espíritos da natureza, como o Patauí, uma cobra que se transforma em pessoa, e o Lavrajé, um boto encantado que ainda habita a área. Histórias contadas pelos moradores incluem experiências pessoais com esses seres encantados, refletindo a rica tradição oral da comunidade. Além disso, descrevem a cultura local, como a Festa do Gambá, uma celebração nativa caracterizada por danças e músicas, e a importância da caça e da agricultura para a subsistência. A transformação da comunidade ao longo do tempo, passando da agricultura à criação de gado, e os desafios contemporâneos, como a falta de transporte escolar e de infraestrutura, também são destacados, ilustrando a adaptação e resistência dos Maytapu às mudanças socioeconômicas e ambientais.

A espiritualidade indígena, entrelaçada com elementos do cristianismo, forma uma teologia única que orienta a vida nas comunidades, refletida na relação simbólica com o rio, no uso de plantas sagradas e na sacralização da natureza. Esses elementos são essenciais para a coesão social e a resistência cultural diante de pressões externas.

Um exemplo dos processos de encantamento entre os povos indígenas ocorreu durante um encontro da juventude indígena no Rio Arapiuns, em Camará, onde houve a incorporação coletiva de alguns jovens pelos encantados. Esse episódio destacou o poder dessas entidades espirituais e a importância de respeitar os protocolos ancestrais. Práticas como a pajelança, mesmo na ausência de um pajé, evidenciam a força das tradições espirituais e o papel essencial dos encantados na vida da comunidade.

Os desafios enfrentados pela comunidade ilustram as dificuldades na busca por autonomia e preservação territorial. A luta pela demarcação das terras e pela criação de uma Reserva Extrativista (Resex) indígena é emblemática da resistência contra forças que ameaçam suas tradições e modos de vida.

Lima (2023) explora a importância da oralidade na cultura amazônica, destacando como as histórias tradicionais moldam o cotidiano dos ribeirinhos das margens dos rios, imersos em um mundo de mitos e experiências compartilhadas que entrelaçam passado e presente. O

papel dos narradores é crucial na preservação e transmissão desses conhecimentos, extraindo e compartilhando experiências pessoais ou coletivas (Benjamin, 1987). A Festa do Gambá em Pinhel exemplifica essa oralidade cultural, com relatos de residentes como Seu Roselino e Elivany Pedroso mostrando a celebração de tradições profundas, caracterizadas por rituais e danças específicas, e a transformação do termo "lundum" para "gambá" nas décadas de 60 e 70 (Lima, 2023; Roselino Freire, 68 anos). Apesar dos processos históricos de silenciamento e apagamento cultural, essas histórias orais continuam a oferecer uma rica fonte de conhecimento sobre o passado e a identidade da comunidade, refletindo a luta pela preservação cultural frente a imposições externas e ao controle eclesiástico (Vaz Filho, 2010; Paes Loureiro, 2001). Assim, Lima (2023) evidencia como a oralidade e as tradições culturais permanecem vivas através da memória coletiva e da resiliência das comunidades amazônicas, mesmo diante de desafios históricos e sociais.

A Festa do Gambá, realizada em Pinhel, no Território Indígena Maytapu, na Resex Tapajós-Arapiuns, vai além de uma simples festividade; é uma manifestação profunda de resistência cultural e invenção social. A festividade não apenas reforça a identidade cultural, mas também serve como um ato de resistência contra as pressões externas que ameaçam suas tradições e territórios.

Neres (2022) destaca a importância da Cabanagem, uma revolta popular ocorrida entre 1835 e 1840, para a comunidade de Pinhel, em Aveiro, no Pará. Composta por indígenas e negros, a revolta foi motivada pela insatisfação com o governo central durante o Período Regencial, incluindo questões como a crise no Grão-Pará e o desejo de melhores condições de vida e o fim da escravidão. A resistência indígena em Pinhel envolveu estratégias de trincheiras, usando conhecimentos tradicionais contra os portugueses. Margareth Pedroso, professora indígena Maytapu, relembra que a luta pela liberdade e preservação cultural continua viva na comunidade, representando um legado duradouro de resistência.

A luta dessas comunidades pela preservação de suas práticas e territórios é essencial para a cura do planeta, mostrando que as práticas indígenas, profundamente enraizadas no respeito à natureza e aos espíritos, oferecem um caminho vital para a sustentabilidade e a sobrevivência cultural em um mundo cada vez mais globalizado e desequilibrado com o planeta.

TERRITÓRIO INDÍGENA BRAÇO GRANDE - ETNIA ARAPYUN - RIO ARAPIUNS - RESEX

O VII Festival Indígena da Aldeia Braço Grande, da etnia Arapyun, celebrado na Reserva Extrativista Tapajós Arapiuns, é um exemplo da vitalidade cultural e da importância de festivais para a afirmação e a preservação das tradições indígenas.

O grafismo Arapyun e as oficinas de paneiro e Teçume ilustram a importância das tradições visuais e materiais na vida cotidiana. A arquitetura indígena, incluindo telhados de palha, não

só oferece conforto térmico, mas também reflete uma harmonia sustentável com o meio ambiente. As modalidades indígenas: como o grafismo, lança, peconha (instrumento usado para subir em açázeiros), arco e flecha, e envira de guerra, são demonstrações da adaptabilidade e engenhosidade dos povos indígenas em sua relação com a natureza.

Figura 7: VII Festival Indígena da Aldeia Braço Grande



Nota: Saberes indígenas no festival Fonte: Fotos Autorais

A rica tapeçaria cultural e a sabedoria ancestral dos povos indígenas do Rio Arapiuns é uma força no baixo-Tapajós, destacando suas práticas e tradições como formas de conexão e preservação ambiental. Um dos exemplos ocorreu na comunidade de São Pedro, a dança dos Cabanos e outras danças indígenas servem como expressões vitais da identidade e da cultura local. Estas danças, junto com as oficinas de cocar e artesanato ministradas por mestres como Uru, demonstram a transmissão de conhecimentos ancestrais e habilidades tradicionais. O cocar, o paneiro (cesto indígena) e o teçume (ato de tecer fibras vegetais), são mais do que artesanato; são práticas que mantêm viva a conexão com a natureza e a sabedoria dos antepassados.

A oficina realizada pelo autor, que explora a relação entre os Tons do ser na perspectiva indígena e os Chakras na perspectiva indiana, exemplifica a interseção entre saberes ancestrais e práticas espirituais contemporâneas. Este diálogo intercultural reforça a importância de reconhecer e integrar o conhecimento indígena na busca por uma relação mais harmoniosa com o planeta.

A retomada das terras e a preservação das práticas indígenas são essenciais não apenas para a sobrevivência cultural desses povos, mas também para a cura e a sustentabilidade do planeta. A sabedoria ancestral dos povos indígenas oferece uma visão holística da natureza que é crucial para enfrentar os desafios ambientais contemporâneos.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A integração desses saberes com as abordagens contemporâneas das ciências sociais e ambientais é crucial para a construção de políticas públicas mais eficazes e inclusivas, capazes de responder aos desafios das mudanças climáticas e garantir a sustentabilidade para as futuras gerações.

Os povos indígenas do Baixo Tapajós, emergem das margens dos rios e das sombras das florestas, rompendo um silêncio de séculos com a força de suas vozes, que ressoam como tambores ancestrais. Suas histórias de resistência revelam uma etnogênese enraizada na coragem de se afirmar como seres da floresta, guardiões de um território que nunca deixou de ser seu. Celebram a herança de seus ancestrais com a mesma dignidade que sustentou a Cabanagem, reafirmando sua identidade e direito de existir.

Segundo o ICMBio (2020), o Manejo Florestal Comunitário (MFC) na Amazônia é uma estratégia vital que integra a conservação da biodiversidade com a melhoria das condições de vida das comunidades tradicionais. O MFC promove o uso sustentável dos recursos florestais, permitindo a comercialização responsável dos produtos, enquanto reforça a soberania e a segurança alimentar, o reconhecimento dos direitos de acesso à terra, e a valorização das famílias extrativistas. Além disso, o MFC foi formalizado com a criação de normativas e procedimentos que orientam a prática do manejo comunitário, com ênfase no planejamento participativo e na integração de conhecimentos tradicionais, técnicos e científicos. Apesar dos

avanços, o ICMBio destaca os desafios persistentes na implementação do manejo florestal participativo nas Unidades de Conservação, especialmente no que se refere à complexidade do licenciamento de atividades como o manejo madeireiro.

Santos (2020) argumenta que Timothy Luke (1995) conecta o conceito de governamentalidade de Foucault com a ideia de "ambientalidade," mobilizando conhecimentos e procedimentos para administrar adequadamente as coisas dentro dos regimes ecológicos. Isso resulta em um processo de ambientalização da natureza, onde saberes ecológicos são produzidos para gerenciar racionalmente os recursos naturais e monitorar a saúde global e a sobrevivência do planeta. Luke (1995) observa que esses regimes de ambientalidade reordenam práticas e discursos para sincronizar o biopoder das populações com o geopoder dos ambientes, criando novas equações para entender a sustentabilidade. Enrique Leff (1993) acrescenta que a questão ambiental provoca uma transformação profunda na ordem do saber, promovendo uma revolução ideológica e cultural que fundamenta o ambientalismo e se manifesta em diversas áreas, como novas tecnologias limpas, direitos ambientais e políticas ecológicas. A emergência da questão ecológica no século XXI é evidenciada pela proliferação de ONGs ambientalistas, instituições governamentais de proteção à natureza, grupos científicos focados na biodiversidade, setores de produção sustentável e um mercado consumidor atento ao uso de tecnologias limpas.

Brum (2023) discute a importância de reconhecer seres não-humanos, como animais, plantas e fungos, como agentes e autores nas narrativas que moldam nossa compreensão do mundo. A autora argumenta que, para enfrentar as crises ecológicas atuais, é necessário abandonar a visão antropocêntrica e adotar uma perspectiva que respeite e valorize todas as formas de vida. Ela sugere que, ao mudar nossa linguagem e forma de contar histórias, podemos criar novas maneiras de entender e proteger o planeta.

Os povos indígenas possuem conhecimentos valiosos para a cura do planeta, oferecendo práticas sustentáveis e uma visão holística da relação entre ser humano e natureza. A retomada/ampliação/homologação das terras indígenas e a incorporação de suas práticas podem contribuir significativamente para enfrentar a crise ambiental e climática, promovendo uma coexistência mais harmoniosa e sustentável com a natureza.

O movimento indígena é mais que uma luta por reconhecimento; é um chamado para a humanidade, um despertar da memória adormecida que se recusa a ser silenciada. Enquanto o poder econômico avança, os povos da floresta se levantam, clamando pela terra, pela água e pelo ar, desafiando os rótulos que tentaram lhes apagar. A retomada indígena é um abraço da terra, um caminho de cura e uma chance de renovação, de reencontro com o que é essencial e sagrado: o respeito à vida em todas as suas formas e encantamentos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de; **Mapeamento social dos povos e comunidades tradicionais dos rios Tapajós**: aldeia/comunidade Pinhel - povo Maytapu e a luta pelo reconhecimento do território. coordenação de pesquisa, Solange Maria Gayoso da Costa ... {et al.}. Manaus: UEA-Edições, 2015.

APURINÃ, Francisco; CÂNDIDO, Francisco de Moura. **Do licenciamento ambiental à licença dos espíritos os "limites" da rodovia federal BR 317 e os povos indígenas**. 2020.

BARRETO FILHO, Hênio Trindade. Da Nação ao Planeta Através da Natureza, In: **Série Antropologia** (n.º 222). Brasília: UnB, 1997.

----- . **UC's na Amazônia**: território planejado e grupos sociais locais. Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação (Anais). Curitiba: IAP/ UNILIVRE, vol. 2, 1997, p. 712-728.

BENJAMIN, Walter. O Narrador. In **Magia e técnica, arte e política**. Ensaios sobre literatura e história da cultura. Obras escolhidas, Volume I. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987 (p. 197 a 221)

BRUM, Eliane. **Por um mundo mais-que-humano**. SUMAÚMA, 13 nov. 2023. Disponível em: <https://sumauma.com/por-um-mundo-mais-que-humano/>. Acesso em: 26 ago. 2024.

CAVALCANTI, Maria Laura; GONÇALVES, Renata de Sá (orgs.). **A falta que a festa faz**. Rio de Janeiro: Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2021. 337 p. (Série Livros Digital, 23).

COSTA, Eraldo Medeiros; SANTOS-FITA, Dídac; AGUIAR, Leonardo Matheus Pereira. **Curupira e Caipora: o papel dos seres elementais como guardiões da natureza**. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, v. 18, n. 1, p. e20210095, 2023.

CIMI. Conselho Indigenista Missionário Cimi.org, 2013. Ementa: **(Carta dos Munduruku ao governo explicita conhecimentos milenares e reafirma demandas)**. Disponível em: <https://cimi.org.br/2013/06/34922/>. Acesso em: 22 jul. 2024.

DE SÁ, Francisco Djalma Fernandes; CAMPOS, Jéssica de Azevedo. Figura 1 - **Mapa da Flona do Tapajós e da Resex Tapajós-Arapiuns**, 2023. Disponível em: https://www.researchgate.net/figure/Figura-1-Mapa-da-Flona-do-Tapajos-e-da-Resex-Tapajos-Arapiuns-destacando-os-locais-que_fig1_361566251. Acesso em: 2 set. 2024.

DIEGUES, Antonio Carlos Santana. **O mito moderno da natureza intocada** 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. 10 edição, Petrópolis: Vozes, 1993.

GAGNEBIN, Jeanne-Marie. **Limiar, aura e lembrança**: ensaios sobre Walter Benjamin. São Paulo: Editora 34, 2014.

GUAJAJARA, Kaê. *Karaiw*. [S.l.: s.n.], 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=linkdovideo>. Acesso em: 15 set. 2024.

ICMBio. **Plano de Uso Público da Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns**. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Santarém, Pará, 2022. Disponível em: https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/unidade-de-conservacao/unidades-de-biomas/amazonia/lista-de-ucs/resex-tapajos-arapiuns/1_Plano_de_Uso_Publico_RESEX_TA.pdf

ICMBio. **Manejo florestal comunitário em UC de uso sustentável na Amazônia**: Guia sobre planejamento participativo, execução colaborativa e gestão comunitária Brasília: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, 2020. Disponível em: https://www.gov.br/icmbio/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/publicacoes-diversas/manejo_florestal_comunitario_em_uc_de_uso_sustentavel_na_amazonia.pdf. Acesso em: 26 ago. 2024.

LEFF, Enrique. Sociologia y ambiente: sobre el concepto de racionalidad ambiental y las transformaciones del conocimiento. **As Ciências Sociais e a questão Ambiental. Rumo à Interdisciplinariedade. ANPED: Rio de Janeiro**, 1993.

LIMA, Paula Maryse Hoyos. **Senta que lá vem história: o Gambá de Pinhel construindo narrativas de cidadania**. Orientadora: Célia Regina Trindade Chagas Amorim. 2023. 148 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação, Cultura e Amazônia) – Instituto de Letras e Comunicação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/16117>. Acesso em: 7 set. 2024.

LITTLE, Paul E. **Superimposed cosmographies on regional Amazonian frontiers**. Série Antropologia, 1997, n. 219, p. 1-32.

LOUREIRO, João de Jesus Paes. **Cultura amazônica: uma poética do imaginário**. Editora cultural brasil, 2019.

LUKE, Timothy W. On environmentality: Geo-power and eco-knowledge in the discourses of contemporary environmentalism. **Cultural critique**, n. 31, p. 57-81, 1995.

MACHADO, Vinicius da Silva (CIMI) (Assessoria Antropologia). **Protocolo de consulta Povo Munduruku/Takuara**. 2021. Disponível em: <https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2021/12/protocolo-consulta-aldeia-takuara-munduruku.pdf>

MUNDURUKU, Daniel. **Crônicas indígenas: para rir e refletir na escola**. Moderna, 2021.

NEVES, Eduardo Góes. **Sob os tempos do equinócio: oito mil anos de história na Amazônia Central**. Ubu Editora, 2022.

OLIVEIRA, Frederico B. **Redes de comunicação espiritual e a burocracia do licenciamento ambiental no Rio Teles Pires**. Revista Antropolítica, v. 37, p. 157-181, 2014.

PAES LOUREIRO, João de Jesus. **Cultura Amazônica: Uma poética do imaginário**. São Paulo: Escrituras Editora, 2001. (Coleção Obras Reunidas).

PEIXOTO, Rodrigo Correa; ARENZ, Karl; FIGUEIREDO, Kércia. O Movimento Indígena no Baixo Tapajós: etnogênese, território, Estado e conflito. **Novos cadernos NAEA**, v. 15, n. 2, 2012.

(P.S.A.) **PROJETO SAÚDE E ALEGRIA**. *Quem Somos*. 2023. Disponível em: <https://saudeealegria.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 28 ago. 2024.

SANTOS, Luiz Fernando de Souza. **O panóptico verde: a invenção ambiental da Amazônia**. 2ª ed, Valer Editora, 2020.

SILVA, José Risonei Assis da. ICMBio, 2024. **Floresta Nacional do Tapajós. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)**, Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/flonatapajos/guia-do-visitante>; Acesso em: 18 jul. 2024.

SILVA, Marta. **Construindo nossa história, demarcando nosso espaço: CITA comemora 23 anos de existência representando os povos indígenas do Baixo Tapajós**. Tapajós de Fato, Santarém, 23 maio 2023. Disponível em: <https://www.tapajosdefato.com.br/noticia/1147/construindo-nossa-historia-demarcando-nosso-espaco-cita-comemora-23-anos-de-existencia-representando-os-povos-indigenas-do-baixo-tapajos>. Acesso em: 26 ago. 2024.

TREESISTANCE. 2022. **Observações sobre o Estado dos Direitos Humanos dos Povos Indígenas no Brasil**. Preparadas para o Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas: Out.-Nov. 2022. 4º Ciclo da Revisão Periódica Universal do Brasil, 41ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos. Disponível em: <https://treesistance.com/pt/takuara/> Acesso em: 18 jul. 2024.

VAZ FILHO, Florêncio. A emergência étnica de povos indígenas no baixo Rio Tapajós, Amazônia. Tese de Doutorado em Ciências Sociais – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2010.

VAZ FILHO, Frei Florêncio Almeida. 4. Crenças Indígenas e Cristãs no Baixo Rio Tapajós como lugar para uma Teologia Indígena Cristã. In: Sanches, Sidney de Moraes - **Teologia Indígena Cristã** / Organizadores Sidney de Moraes Sanches, André da Silva Muniz, Priscilla dos Reis Ribeiro. Campinas: Editora Saber Criativo, 2022.

VELLOSO, Vitor. **Retomada: Luta contra a boiada**. Vertentes do Cinema, 2024. Disponível em: <https://vertentesdocinema.com/retomada/#:~:Sinopse%3A,plantas%20e%20secaram%20o%20igarap%C3%A9>. Acesso em: 2 set. 2024

¹ O movimento Treesistance, que une ciência e saberes indígenas para proteger a Amazônia e outras florestas tropicais, distribui recursos diretamente aos povos indígenas na linha de frente da luta climática, com ações lideradas por representantes indígenas regionais para impedir a destruição de florestas primárias, proteger a biodiversidade e assegurar direitos humanos. Em parceria com líderes como o Cacique Dadá Borari, do território indígena Maró, a organização promove iniciativas como a formação de "Guardiões da Floresta", priorizando a justiça ambiental e social. Dadá Borari destaca a importância de retomar o controle sobre as florestas e reconectar todos à natureza, enfatizando que a sobrevivência coletiva depende dessa união para garantir um planeta saudável às gerações futuras (Treesistance, 2023). <https://treesistance.com/pt/about/>